



Exma. Senhora Presidente
da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão
Deputada Isabel Meireles

Assunto: Audição da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

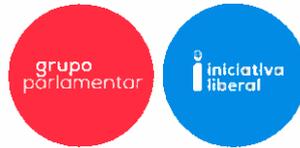
Foi hoje tornado público, através da comunicação social, que um em cada quatro subsídios de educação especial foi cortado nos primeiros quatro meses do ano em curso.

Em termos absolutos, nesse período a Segurança Social terá efetuado o pagamento de menos 5264 subsídios de educação especial face a igual período do ano passado, numa redução global de cerca de 45 mil pagamentos.

Ora, estamos perante um apoio essencial para a saúde física e mental das crianças com necessidades especiais, até porque as respetivas famílias não têm muitas vezes condições financeiras para custear as despesas com a frequência de ensino especial ou o tratamento seja em Terapia da Fala, Terapia Ocupacional ou Psicologia, pelo que assume uma enorme relevância na resposta às suas necessidades específicas. Acresce que os dados sobre a bonificação do abono de família por deficiência também está a diminuir, reforçando a preocupação sobre a gestão que estará a ser feita nesta matéria.

Realce-se, aliás, que estes dados surgem depois de notícias sobre orientações para a fixação de limites administrativos de acesso ao Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas e num cenário em que prestações como o Abono de Família ou a Assistência de Terceira Pessoa apresentam uma trajetória descendente dos apoios concedidos.

Importa assim apurar as razões concretas que determinam a redução drástica dos subsídios de educação especial pagos pela Segurança Social nos primeiros meses de 2022,



esclarecer os motivos que justificam a redução dos apoios concedidos em várias outras prestações, bem como apurar se existem orientações gerais do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social no sentido de restringir o acesso dos mais carenciados a prestações sociais.

Nestes termos, os Deputados abaixo-assinados, do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, vêm requerer, nos termos regimentais aplicáveis, que a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão promova a audição urgente da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Palácio de São Bento, 20 de junho de 2022

Os Deputados da Iniciativa Liberal:

Rui Rocha

Joana Cordeiro

Bernardo Blanco

Carla Castro

Carlos Guimarães Pinto

João Cotrim Figuciredo

Patrícia Gilvaz

Rodrigo Saraiva